



SOS CORPO

Instituto Feminista
para a Democracia



OS IMPACTOS DA COPA NAS CONDIÇÕES DE VIDA DAS MULHERES EM PERNAMBUCO

**KELLY REGINA SANTOS DA SILVA
MÉRCIA ALVES**

RECIFE, 2014

OS IMPACTOS DA COPA DO MUNDO NAS CONDIÇÕES DE VIDA DAS MULHERES EM PERNAMBUCO

Sobre a equipe

Supervisão

Mércia Alves
Assistente Social
Educadora
SOS Corpo Instituto Feminista para Democracia

Elaboração

Kelly Regina Santos da Silva
Graduada em Filosofia
Especialista em Direitos Humanos
Mestra em Desenvolvimento e Meio Ambiente

Colaboração na pesquisa de campo

Girlana Diniz
Assistente Social

Diagramação

Kelly Regina Santos da Silva

Fotografia

Capa – Alice Mello
Internas – Alice Mello

Apoio



Ministry of Foreign Affairs of the
Netherlands

Edições

SOS Corpo – Instituto Feminista para Democracia

Recife, julho/2014



“A Copa não deixa benefícios para a maioria da população. Eu considero a Copa mais um elemento alienador da população. Quando a Copa passar nós iremos pensar sobre as mazelas que ela deixou. Por que já deixou a partir do momento que tirou as pessoas dos seus lugares de origem para colocar em outros lugares sem condições”. Vera Guedes -Fórum de Mulheres de Pernambuco e Articulação das Mulheres Brasileiras.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	05
INTRODUÇÃO	06
I Copa do Mundo no Brasil: articulação dos Comitês Populares da Copa, o impacto nas cidades e as violações de direitos	09
II Os impactos da Copa na vida das mulheres	23
CONCLUSÃO.....	30
REFERÊNCIAS.....	32
<i>ANEXOS</i>	
Perfil das mulheres entrevistadas (ordem alfabética)	33
Roteiro das entrevistas	34
Carta do I Encontro dos/das Atingidos/as – Quem perde com os Megaeventos e Megaempreendimentos.....	35

Apresentação

O SOS Corpo Instituto Feminista para Democracia, é uma organização com mais de 33 anos de atuação na luta feminista no cenário local, nacional e latino-americano. Entre as suas estratégias de ação está o fortalecimento do movimento de mulheres, enquanto sujeito coletivo, como parte da luta feminista por maior democracia no mundo e na vida das mulheres.

Neste campo de estratégia de fortalecimento a elaboração de levantamentos, dossiês e mapeamentos sobre a situação e as condições da vida das mulheres é tido como instrumento que visa subsidiar a luta no campo dos direitos. É neste ambiente que se localiza a sistematização das informações neste texto cujo tema central é “Os Impactos da Copa do Mundo nas condições de vida das Mulheres em Pernambuco”, com o objetivo de levantar informações sobre o contexto da copa e dos megaempreendimentos na cidade e, a partir dos depoimentos das mulheres, realizar uma leitura feminista sobre a questão urbana.

O presente levantamento tem como finalidade dar visibilidade ao tema Mulheres e Direito à Cidade, tendo como contexto as grandes intervenções urbanísticas e demonstrar que tais investimentos, sob a falácia de promover o desenvolvimento econômico, afeta de forma vil a vida das mulheres, seja com o incremento da violência, seja nos limites do direito de ir e vir na cidade pelo contexto de insegurança urbana e dificuldades de acesso aos serviços urbanos e políticas públicas (educação, creche, trabalho, saúde, mobilidade, moradia, dentre outras).

Os seus resultados buscam subsidiar a luta do Movimento de Mulheres em Pernambuco, de forma que a luta por moradia, por mobilidade urbana, por saneamento ambiental e acesso à terra, como parte da luta pelo Direito à Cidade, sejam objeto de reivindicação no âmbito da gestão pública no Estado, como sentido político para garantia dos direitos às mulheres à Cidade.

Mércia Alves

SOS Corpo – Instituto Feminista para Democracia

INTRODUÇÃO

Com a realização da Copa do Mundo no Brasil no ano de 2014, muitos foram os festejos, mas muitas também foram as angústias, incertezas e violações de direitos. Nos últimos anos, as cidades-sede da Copa do Mundo - Belo Horizonte, Brasília, Cuiabá, Curitiba, Fortaleza, Manaus, Natal, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo - foram palcos de ações autoritárias no exercício das gestões públicas em diversas escalas, de injustiças e de aprofundamento das desigualdades socioespaciais e de violações de direitos, a exemplo dos despejos e as desapropriações. Direito à moradia, direito à terra, direito à informação, direito à participação, direitos ambientais. Estes são apenas alguns diante de uma lista significativa de violações.

Na Região Metropolitana de Recife não foi diferente. Algumas obras já em curso anunciavam que esse momento de glória, para alguns também representava à maioria da população a reprodução de desigualdades e precariedades. Para nós, mulheres, a realização do megaevento já representava a reprodução de algumas formas de dominação histórica. Observa-se a violência simbólica frequente no cotidiano de muitas delas, quando vivenciam os espaços públicos e ambientes de uso coletivo, a exemplo do transporte, em que são percebidas como objetos de satisfação sexual masculina. Outro ponto que merece destaque, é o aumento da exploração sexual em razão dos megaempreendimentos¹.

Assim, o presente levantamento pretende problematizar questões que dizem respeito às violações de direitos humanos das mulheres no contexto de realização da Copa do Mundo, mas especificamente em Pernambuco. Ressaltamos que, historicamente a desigualdade acompanha as formas de apropriação das mulheres na cidade, seja pelo patriarcado, pelo colonialismo, racismo e pelo modo de produção capitalista, aqui destacados como quatro formas de dominação e exploração que perduram até os dias atuais. São expressões de poder onde os sujeitos da fala e da ação ainda são hegemonicamente masculinos e brancos.

Quanto aos procedimentos metodológicos, contamos com a leitura e pesquisa de informações nos Dossiês sobre Megaeventos e Violações elaborados pelo Comitê Popular da Copa de Pernambuco e pela Articulação Nacional dos Comitês

1 O aumento do abuso e exploração sexual são duas questões debatidas no que diz respeito ao megaempreendimento Porto de Suape localizado na cidade do Cabo de Santo Agostinho, Região Metropolitana do Recife. No site do Fórum de Discussão Permanente sobre o Complexo de Suape é possível encontrar alguns discussões sobre a problemática: <<http://forumsuape.ning.com/page/monografias-e-teses>> Acessado em 20 de julho de 2014.

Populares da Copa, bem como, cartilhas elaboradas pelos movimentos de mulheres sobre participação social, mulheres e as lutas urbanas. Também foram fontes de informações: reportagens, vídeos, depoimentos e documentos governamentais.

A fim de ouvir algumas vozes e experiências, contamos com a participação de algumas mulheres, a partir de diálogos com roteiro semiestruturado, que buscou registrar as percepções sobre o direito à cidade e os impactos negativos da realização da Copa do Mundo em suas vidas. São mulheres com condições de vida subjetiva e objetiva distintas, mas com experiências comuns na Região Metropolitana de Recife.

Por se tratar de um processo qualitativo, apontamos alguns elementos predominantes no que diz respeito ao perfil. Ao todo, foram convidadas 10 (dez) mulheres das quais, 8 (oito) foram diretamente entrevistadas. São mulheres com idades entre 23 e 58 anos, dos municípios de *Recife, Olinda, Camaragibe, São Lourenço da Mata, Paulista e Igarassu*. Em sua maioria são mulheres negras, com ensino superior completo. Mulheres trabalhadoras, educadoras sociais, mães, com formações acadêmicas diversas.

Mulheres participantes de fóruns, articulações, conselhos de direitos e grupos de estudos. Algumas com uma longa história de militância política de 20, 30 anos de participação em movimentos sociais pela reforma urbana, a exemplo de Pergentina Vilarim do Fórum Estadual de Reforma Urbana, que destaca:

“Meu pai foi um perseguido político. Então desde que eu me entendo por gente que eu faço política, que eu resisto. Pode não ser [considerado] “fazer política” dessa forma, mas que eu resisto ao Estado brasileiro, que eu luto por direitos”.

Outras, com experiências de lutas e participação social relativamente recente, a exemplo das participantes do Comitê Popular da Copa de Pernambuco e das mulheres que sofreram diretamente impactos negativos com as obras para realização da Copa. São experiências diversas que nos ajudam a perceber a complexidade que envolve o pensar sobre o direito à cidade e os direitos humanos na vida das mulheres, tendo como pressuposto o reconhecimento das diferentes formas de existir na cidade, diversos lugares de falas e de ações, os diversos olhares.

Com isso, observamos que, muito embora sejam diversas as conquistas dos movimentos de mulheres, muitos caminhos devem ser traçados na busca de

condições de vida mais digna e sem violência. Como veremos, a realização da Copa do Mundo é um elemento de muita intensidade no fortalecimento da perspectiva da cidade segregada e desigual, mas não é o único, tendo em vista que a Região Metropolitana de Recife tem, em seu histórico recente, diversas obras públicas e privadas que nos levam a reiterar que a luta deve ser permanente.

Com a sistematização destas informações pretendemos contribuir com o debate no âmbito do movimento de mulheres sobre como as intervenções urbanas e os grandes empreendimentos em razão de megaeventos, a exemplo da Copa do Mundo, impacta a vida da população, em especial das mulheres, no antes e pós realização destes eventos. Os depoimentos ilustram essa realidade no cotidiano das mulheres seja na violação dos direitos, seja no dia-a-dia na vivência da cidade.

Apostamos aqui no conteúdo político da luta pelo Direito à Cidade, pelo lugar de fala e da *práxis* das mulheres. Para isso, se faz necessário aprofundar os debates e os embates para que outra cidade, com justiça social, ambiental e econômica, esteja no plano do realizável, dando lugar para outros sonhos utópicos.

Desejamos uma boa leitura do material. Que seja mais uma produção que será somada às outras leituras já realizadas e às diversas lutas em curso dos movimentos de mulheres.

Kelly Regina Santos da Silva e Mércia Alves

I - COPA DO MUNDO NO BRASIL: ARTICULAÇÃO DOS COMITÊS POPULARES DA COPA, O IMPACTO NAS CIDADES E AS VIOLAÇÕES DE DIREITOS.

“Quem está lucrando, quem já lucrou
e quem vai lucrar com a Copa?
Quem já vive lucrando muito no país!”

Marinalva Ferreira –
Moradora do Loteamento São Francisco,
Camaragibe – Recife/PE

Quando houve o anúncio da realização da Copa do Mundo 2014 no Brasil, muitos foram os festejos, os apelos renovados com vistas a um patriotismo exacerbado, quase que transformado em crença. Os *slogans* que atravessaram épocas foram lembrados: “A taça do mundo é nossa, com brasileiro não há quem possa.”², “Todos juntos vamos, pra frente Brasil. Salve a Seleção”³. Também não foram poucos os discursos de confirmação da força econômica e política do país, tanto para “os de dentro”, quanto para “os de fora”, tendo como fundamento os dados de crescimento econômico do país, a exemplo do Produto Interno Bruto. Na ocasião as expectativas e a promessa de que haveria legados positivos para as cidades-sede se tornou uma máxima dos governos.

Ao mesmo tempo, de encontro ao ideário de crescimento econômico e dos megaeventos como “*Deus ex machina*” - *que significa o Deus surgido das máquinas* - dos diversos problemas sociais e econômicos, as mobilizações nacionais e locais surgem provocando questionamento através da discussão política sobre o direito à cidade de forma ampla. A criação dos Comitês Populares da Copa nas cidades-sede e a Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (ANCOP) no livre exercício de repensar as cidades aparece como via alternativa ao modelo de cidade advogada pelo grande capital e pela Fédération Internationale de Football Association (FIFA). Como considera David Harvey: “A liberdade da cidade é, portanto, muito mais que um direito de acesso àquilo que já existe: é o direito de mudar a cidade mais de acordo com o desejo de nossos corações” (2013, p. 28).

Nesse sentido, as diversas lutas vivenciadas desde o anúncio de realização da Copa do Mundo no Brasil, não foi uma discussão reduzida, meramente focada em realizar ou não o megaevento, mas diz respeito à reflexão sobre que cidade se quer construir, qual a cidade desejada para se viver e conviver. Assim, “a liberdade

2 Música composta para comemorar o campeonato de 1958, vencido pelo Brasil. A composição é atribuída à:Wagner Maugerl, Lauro Muller, Maugerl Sobrinho, e Victor Dagô.

3 Música composta para a Copa de 1970 por Miguel Gustavo.

de fazer e refazer a nós mesmos e a nossas cidades dessa maneira é, sustento, um dos direitos mais preciosos de todos os direitos humanos” Harvey (2013. p.28), desse modo, os Comitês locais e a Articulação Nacional realizaram ações políticas importantes para o debate sobre o contexto de violações de direitos que fez parte do cotidiano de diversas famílias.

E neste ambiente de debate está a reflexão dos movimentos urbanos e de mulheres sob essa opção e modelo de cidade que traz inúmeros impactos na dinâmica sócio-espacial e revela as inúmeras violações no campo do direito à moradia. Somado a esta questão encontra-se a definição pelo uso de recursos públicos para favorecer o grande capital em detrimento das reais necessidades sociais da população.

Muito embora seja inevitável observar o clima criado em torno do megaevento Copa do Mundo, vale destacar que, na história recente das metrópoles, observa-se a criação de uma ambiência muito favorável à espetacularização das cidades, revisitando perspectivas desenvolvimentistas e de privatização dos espaços públicos em prol de uma projeção internacional. Assim, é possível observar que a Copa do Mundo torna-se mais uma grande argumentação dessa perspectiva das cidades espetáculo. O montante de investimentos públicos realizados (Tabela 1), demonstra qual a prioridade das gestões públicas que em nada se aproxima da garantia de direitos das famílias que foram removidas.

Tabela 1 – Investimentos previstos em 2011

Obra	Valor (em R\$ milhões)	Investimento Governo do Estado	Investimento Governo Municipal	Investimento Governo Federal	Desapropriações
Corredor Caxangá	74,0	3,0	-	71,0 (Financiamento Caixa Econômica Federal)	-
BRT – Corredor leste/oeste - Ramal Cidade da Copa	99,0	4,0	-	69,0 (Financiamento Caixa Econômica Federal)	26,0 (Governo do Estado)
Corredor norte/sul	169,0	7,0	-	162,0 (Financiamento Caixa Econômica Federal)	-
Corredor Via Mangue	354,0	-	4,0	272,0 (Financiamento Caixa Econômica Federal)	19,3 (Governo Municipal)
				59,0 (Financiamento BNDES)	
Terminal Cosme e Damião	15,8	0,8	-	15,0 (Financiamento Caixa Econômica Federal)	-
Estádio – Arena	529,5	9,5 (Projeto) 122,9 (obras)	-	397,1 (Financiamento Caixa Econômica Federal)	

Fonte: Tabela elaborada a partir da Matriz de Responsabilidades Recife – Pernambuco, divulgada no *mês de junho de 2011*. Fonte: Comitê Popular da Copa de Pernambuco.

Constroem-se novos empreendimentos, novos estádios e até mesmo é projetada uma nova cidade, tendo como exemplo a “Cidade da Copa”⁴ em São Lourenço da Mata – Pernambuco:

O empreendimento exigirá investimentos públicos em infra-estrutura urbana de grande monta, para além das obras de mobilidade previstas, enquanto extensas áreas da Região Metropolitana de Recife permanecem com problemas estruturais de abastecimento de água, rede de esgoto e acessibilidade, entre outros. (DOSSIÊ DA ANCOP, 2013, p. 73).

Observa-se que em 2013, a cidade de São Lourenço da Mata tinha 108.301 habitantes, sendo que apenas 40,6%⁵ de sua população tem acesso a esgotamento sanitário adequado. Ou seja, os problemas permanecem sem soluções, potencializando a perspectiva de privatização dos espaços públicos e das desigualdades socioespaciais, cujas violações de direitos humanos e direito à cidade são aprofundadas. É o anúncio de tempos mais espinhosos para as mulheres e suas famílias que já vivenciam a cidade de forma precarizada. Muitas vezes, sem as condições materiais mínimas de existência (habitação, saneamento, alimentação e lazer).

A crítica dos movimentos sociais e ativistas envolvidos na Articulação Nacional e Comitês Locais da Copa é quanto ao modelo hegemônico imposto pela FIFA aos países-sede de campeonatos esportivos em nível internacional é quanto a forma em que tais eventos acontecem nos países (África do Sul, Brasil) flexibilizando a legislação para favorecer as empresas e construtoras na realização de estádios e seus entorno, retirando os obstáculos à sua realização, a exemplo das mais de 250 mil famílias despejadas dos locais de moradia nas 12 cidades.

A Copa intensificou o aumento dos despejos e remoções violentas nas

4 A construção da Smart City será realizada através da Parceria Público-Privada entre o Governo do Estado de Pernambuco e o consórcio formado por duas empresas, a Odebrecht Participações e Investimentos (OPI) e a Construtora Norberto Odebrecht (CNO). O Plano Diretor de São Lourenço da Mata - Lei 2.159 de 10 de outubro de 2006, passou por duas modificações através de duas emendas. A primeira, Lei 2.266 de 2009, realizou as primeiras modificações estabelecendo as Zonas de Urbanização Preferencial, e a segunda, Lei 2.332/2011, cria a ZEU - Zona de Expansão Urbana.

5 Relatórios Dinâmicos Monitoramento dos Indicadores – Objetivos do Milênio: Disponível em: <<http://www.relatoriosdinamicos.com.br/portalodm/perfil/BRA002026157/sao-lourenco-da-mata---pe>>. Acessado em 10 de julho de 2014.

idades brasileiras. Duzentos e cinquenta mil pessoas com suas famílias estão sendo desestruturadas, levadas para longe de seus lugares de origem, causando impactos na saúde, na educação, no transporte público, além da violência física e psicológica. Tem gente com depressão, se endividando, esperando por soluções que nunca chegam. São vítimas da especulação imobiliária que expulsa os pobres das áreas do seu interesse (ANCOP - Carta dos Atingidos (as), BH, maio de 2014).

Em Pernambuco, por parte das gestões públicas municipais e estadual, não faltaram discursos favoráveis à realização do megaevento Copa do Mundo e da realização da Copa das Confederações realizada no ano de 2013. Discursos realizados a partir dos argumentos de projeção, crescimento econômico e sobre os supostos legados, principalmente na área de mobilidade urbana. Alice Mello, do Comitê Popular da Copa, destaca:

“Apesar de o Estado dizer que as obras de mobilidade serão um legado positivo para o estado de Pernambuco, nós vemos que essas obras geraram mais prejuízos do que ganhos, porque elas removem muitas pessoas que perderam o lugar onde viviam, um bairro inteiro, a exemplo do Loteamento São Francisco em Camaragibe, e nem se quer as obras ficaram prontas para a realização da Copa”

Marinalva Pereira, moradora do Loteamento São Francisco em Camaragibe descreve o momento em que recebeu a notícia de realização da Copa do Mundo no Brasil, destacando sua apreensão sobre os possíveis problemas que viriam junto com o megaevento:

“Eu me lembro que estávamos reunidos, porque a gente sempre gosta de participar. Eu sou uma torcedora de futebol por que meus tios eram jogadores e a minha família sempre gostou de futebol. Meu pai aprendeu a gostar de futebol com a minha mãe. E, na hora ficamos pensando: isso não seria bom para o Brasil. Eu recebi a notícia com muita apreensão, porque eu não tinha certeza do que iria sobrar pra gente, como na verdade sobrou.”

E completa:

“Com certeza, o que eu imaginei não foi tão terrível como está sendo. Eu achava que poderia não ser bom, mas eu não sabia que seria tão ruim”.

No estado de Pernambuco, diferente de outros estados sede, não é possível falar nas obras em torno da Copa do Mundo sem envolver no mínimo três municípios: Recife, São Lourenço da Mata e Camaragibe. Na capital, Recife, nos

últimos anos é possível observar a força da perspectiva da Cidade-mercado através de algumas obras privadas e públicas. Assim observamos diversos empreendimentos localizados em áreas observadas como estratégicas na cidade, que aqui chamamos de *vetores de valorização* (ALBURQUERQUE; GOMES, 2013):

a) a excessiva verticalização da cidade por parte de imobiliárias, construtoras e grupos empresariais, a exemplo das chamadas “Torres Gêmeas” da Moura Dubeux na zona portuária de Recife, cada uma com 42 andares e do Empresarial João Carlos Paes Mendonça, localizado na entrada da Zona Especial de Interesse Social - ZEIS de Brasília Teimosa.

b) as obras da Via Mangue transformando o entorno imediato de diversas comunidades no Pina - zona sul da cidade. Para a realização das obras, muitas famílias foram retiradas. Algumas delas receberam indenizações que nem sequer cobriram o valor da compra de outro imóvel, outras foram reassentadas em conjuntos habitacionais.

c) construção do Shopping RioMar, também no entorno do bairro do Pina, construído pelo grupo do empresário João Carlos Paes Mendonça, que também é dono do Sistema Jornal do Commercio de Comunicação e de outros shoppings no Nordeste do Brasil.

d) o Polo Jurídico em Joana Bezerra, provocando especulação nas comunidades do Coque e Coelhoos.

e) o Projeto Novo Recife, com a previsão de instalação de 13 torres empresariais no Cais José Estelita, que representa uma das expressões mais fortes do empresariamento urbano, tendo as empresas Ara Empreendimentos, GL Empreendimentos, Moura Dubeux Engenharia e Queiroz Galvão, como responsáveis pela execução do projeto⁶.

São obras que indicam que o projeto de Cidade em curso no Recife, embora não sem dor e com muitos embates, demonstram uma marcha histórica do capital no fortalecimento das desigualdades que ameaçam o cotidiano de diversas famílias. Como assegura Alice Mello, integrante do Comitê Popular da Copa de Pernambuco:

“Na cidade do Recife, se você for pensar, já existe uma ação de higienização social, de segregação desses espaços. Por exemplo, a

⁶ Como expressão de resistência na cidade tivemos, durante o período da Copa em Pernambuco, o movimento Ocupe Estelita que teve repercussão nacional e internacional pautando o debate sobre a mercantilização das cidades e a falta de diálogo na questão da gestão democrática e participativa sobre os projetos destinados à cidade.. Maiores informações: <<https://direitosurbanos.wordpress.com/>>.
Acessado em 10 de junho de 2014.

comunidade do Coque: há 40 anos a especulação imobiliária tem tentado expulsá-la, porque ela fica na área central da cidade do Recife. Se você observar o tamanho dela de 40 anos atrás e hoje, ela está em menos da metade do seu tamanho inicial.”

Observa-se, desse modo, que a realização da Copa do Mundo intensifica as desigualdades socioespaciais existentes na cidade, fazendo com que diversos territórios sejam criados e recriados de acordo com as demandas do capital. Maria Eugênia, do Comitê Popular da Copa, reitera essa perspectiva destacando:

“Quando a gente vai avaliar, a questão da Copa é uma variável nesse processo de disputa pelo espaço da cidade. Como Recife não tem mais para onde crescer, as áreas pobres viraram uma mina de ouro para a especulação imobiliária. E a coisa mais fácil é tirar sem indenizar ou indenizar com uma quantia irrisória, para implantar esse novo modelo de cidade.”

É a Cidade que se posiciona estrategicamente no cenário nacional e internacional dos negócios imobiliários e comerciais, reproduzindo desigualdades e precariedades internas. Nesse sentido, a visão *estratégica do capital em planejar a cidade* é muito favorável à compreensão e aos pressupostos da produtividade e competitividade, tendo em vista que, as cidades devem ser administradas como uma empresa, como ressaltado pelo professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro e integrante da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa, Carlos Vainer:

[...] transformada em coisa a ser vendida e comprada, tal como a constrói o discurso do planejamento estratégico, a cidade não é apenas uma mercadoria, mas também, e, sobretudo, uma mercadoria de luxo, destinada a um grupo de elite de potenciais compradores: capital internacional, visitantes e usuários solváveis. (VAINER; 2012, p. 83).

Os grandes empreendimentos para a Copa do Mundo demonstram bem a confluência entre essa Cidade que é apropriada pelo capital, através de um empreendimento urbano pragmático e as formas de flexibilizar e apoiar as iniciativas privadas, a exemplo da Parceria Público-Privada. Se existe alguma democracia nesse processo, é a “democracia direta do capital” ditando suas regras e modelos de cidades, decerto, cidades de privilégios e não de direitos (VAINER, 2012).

Na ambiência da “democracia direta do capital” não há espaços para participação social nas decisões sobre os rumos das cidades, tudo funciona sobre o estado de exceção a partir do qual os interesses comuns são suspensos em

detrimento dos interesses de grupos específicos, a exemplo da Lei Geral da Copa – Lei 12.663 de 5 de junho de 2005⁷, que estabelece parâmetros específicos para o momento do mundial, estabelecendo praticamente um Estado paralelo. Como reafirma o professor Carlos Vainer: “Quando as regras gerais que regem o funcionamento e a vida da cidade são submetidas às regras excepcionais, surge a Cidade de exceção.” (VAINER, 2011).

Assim observa-se que o megaevento Copa do Mundo vem atender aos interesses privados. Como destacado por Vera Guedes do Fórum de Mulheres de Pernambuco – FMPE e da Articulação de Mulheres Brasileiras – AMB:

“A Copa atende a um modelo de desenvolvimento que é o modelo da FIFA que interessa aos ricos, não à maioria da população”, e para que esse projeto político econômico continue seguindo seu curso, é preciso esvaziar os espaços de participação política, a população não é ouvida. Completa ainda: “Não existe a participação da população que foi atingida nas decisões. A comunidade não é chamada para discutir”.

Em 2011, foi formado o Comitê Popular da Copa de Pernambuco, uma articulação de organizações, grupos, coletivos, moradoras e moradores atingidos diretamente com as obras da Copa no estado. Desde então, o Comitê colocou em pauta diversas questões: transparência e acesso à informação sobre os gastos públicos; direito das trabalhadoras e trabalhadores; garantia do direito à moradia; participação popular nas decisões e, principalmente, a garantia de direitos da população atingida. Ao longo dos anos de 2011 a 2014, o Comitê realizou mobilizações, visitas, assessoria jurídica, elaboração de dossiês sobre as violações de direitos humanos em Pernambuco e tentativas de diálogos diretos com a gestão pública.

Contudo, em breve avaliação, observaram-se irregularidades e ausência de estudos prévios, instrumentos já previstos na legislação nacional e no Estatuto da Cidade, a exemplo do Estudo de Impacto Ambiental – EIA, Relatório de Impacto Ambiental - RIMA e Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV para o caso de empreendimentos que impactam a vida urbana e ambiental nas cidades. Nos projetos das grandes obras, observa-se também postura autoritária das gestões municipais e estadual, ausência de abertura ao diálogo com a população,

7 Lei Geral da Copa - Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações FIFA de 2013 e à Copa do Mundo FIFA de 2014, que serão realizadas no Brasil. Disponível em: <http://www.copa2014.gov.br/sites/default/files/publicas/sobre-a-copa/biblioteca/pl_lei-geral-da-copa.pdf>. Acessado em 9 de junho de 2014.

ocultamento dos projetos, planos e processos de desapropriação, ameaças e coerção. Nenhum projeto habitacional foi apresentado, e, ao longo dos anos, muitas famílias passaram a integrar o quadro já perverso de déficit habitacional no estado de Pernambuco, somando-se às estatísticas dos sem-teto no Brasil.

Para demonstrar a perspectiva autoritária que vem se fortalecendo a cada dia na metrópole recifense, destaca-se que no mês de novembro de 2013 a Relatora pelo Direito à Moradia da ONU Raquel Rolnik, esteve em Recife para realizar visitas nos territórios que sofreram remoções. Na ocasião, o Comitê Popular da Copa de Pernambuco agendou uma audiência pública na Câmara de Vereadores do Recife. Ao chegar à Câmara, a relatora e todas as pessoas que participariam da reunião encontraram as portas fechadas sem nenhuma justificativa. Uma expressão de que a cidade não é de todas e todos, é um dos espaços públicos que também se fecha a uma mulher, se nega ao diálogo com a população.

Sobre esse momento Rolnik afirma: “os megaventos esportivos internacionais constroem espaços para destituir direitos”⁸. E denuncia⁹:

“Em seis anos de mandato como relatora especial da ONU para o Direito à Moradia Adequada, eu nunca – nunca – tinha vivido uma situação em que uma Câmara Municipal tenha impedido a realização de um evento e de uma audiência pública sobre o direito à moradia. Eu já fiz isso várias vezes em várias câmaras e congressos e parlamentos, de várias cidades do mundo e sinceramente foi a primeira vez que eu chego para fazer um debate sobre o direito à moradia e encontro um portão de uma câmara municipal, que é a Casa do Povo, fechado.”

Essa perspectiva autoritária e de violações de direitos, acompanhou todos os processos que antecederam a realização do megaevento, chama-se atenção para as remoções nas cidades-sedes protagonizadas pelas gestões públicas municipais e estaduais. Também compreendido como um projeto de realocação da pobreza nas cidades, estrategicamente oculto e banhado por justificativas questionáveis, os processos de remoções estiveram sempre acompanhados pela ausência de informação, violência simbólica e física, demonstrando o lado mais perverso daquilo que pareceria uma festividade nacional.

Observaremos a seguir, os relatos e questões do Loteamento São Francisco localizado na cidade de Camaragibe, Região Metropolitana de Recife. Assim como

8 Reportagem - Relatora da ONU visita afetados pela copa e critica fechamento da Câmara para debater remoções em Recife. Disponível no Portal Popular da Copa e das Olimpíadas: <<http://www.portalpopulardacopa.org.br/>>.

9 Reportagem: *Câmara do Recife cancela debate sobre Copa e moradia*. Disponível no Portal Terra da Copa.

em outras cidades, as justificativas e o descaso também bateram às portas de moradoras e moradores que hoje já não se encontram mais em seu lugar de morada e muitas pessoas ainda vagam em busca de informações e quanto aos parcos recursos das indenizações.

Loteamento São Francisco

“O legado da Copa para Camaragibe sempre será uma coisa que trouxe mais tristeza, mais pobreza, pessoas sem moradias.” Venuse Braga, Fórum de Mulheres de Pernambuco.

“A Copa não deixa benefícios para a maioria da população. Eu considero a Copa mais um elemento alienador da população. Quando a Copa passar nós iremos pensar sobre as mazelas que ela deixou. Por que já deixou a partir do momento em que tirou as pessoas dos seus lugares de origem para colocar em outros lugares sem condições”. Vera Guedes, Fórum de Mulheres de Pernambuco e Articulação das Mulheres Brasileiras.

Para a realização das obras de mobilidade muitas mulheres e suas famílias sofreram diretamente o peso da desapropriação forçada, vendo seu lugar de moradia cair por terra em questão de segundos. De acordo com o Comitê Popular da Copa de Pernambuco, aproximadamente 2 mil famílias foram afetadas em pelo menos 7 (sete) municípios da Região Metropolitana de Recife¹⁰, por obras relacionadas a Copa. Além disso, estima-se que foram gastos R\$ 2 bilhões em obras nos municípios da Região Metropolitana. Só na Arena Pernambuco, existe a estimativa de um gasto superior à R\$ 650 milhões de recurso público.

O Loteamento São Francisco é um dos casos emblemáticos desse processo de remoções forçadas em Pernambuco. Localizado no município de Camaragibe, o Loteamento é um bairro iniciado na década de 60. Tinha o perfil de um bairro em sua maioria formado por pessoas idosas com famílias multinucleares. No ano de 2012 receberam a notícia, através de uma empresa contratada pelo Governo do Estado de Pernambuco, a Diagonal, de que sairiam imediatamente da comunidade e, em troca, receberiam uma indenização, como relembra Alice Mello:

“Foi uma empresa terceirizada que o Governo contratou para levar a notícia. Sem nenhum documento formal, sem fardamento. Apenas falaram que elas teriam que sair. Colocaram um adesivo nas casas delas e não explicaram os detalhes sobre o porquê que elas teriam

10 Ver artigo: Caso Pernambuco: Copa para quais modelos de cidades? de Evanildo Barbosa. Disponível em: <<http://fase.org.br/v2/pagina.php?id=3956&tipo=noticia>> Acessado em: 5 de junho de 2014.

que sair e a data precisa, nem qual seria a outra alternativa de moradia. Isso foi no final de 2012, em outubro”.

Um aspecto merece nossa atenção, a posição estratégica do Governo do Estado de Pernambuco ao contratar uma empresa para executar a ação de remoção, deixando no ar certo clima de distanciamento da gestão estadual nesse processo. Um falso distanciamento, posto que, mais que nunca os agentes públicos e privadas estavam em plena convergência de interesses.

O posicionamento da gestão estadual frente aos moradores(as) foi de total desrespeito aos direitos de posse, uma vez que a maioria, viviam em seus imóveis, dando cumprimento a função social de moradia. Em que pese parte destes não terem o título de propriedade, o que é um fato na maioria das áreas pobres das cidades brasileiras. Mas, em que pese esse fato não tira o direito desta à moradia. E tal situação não foi considerada no processo de desapropriação das famílias. Ao contrário, foram “marcadas a ferro” com uma numeração do despejo sem quaisquer condições de igualdade para negociar.

Essa notícia chegou acompanhada de muitas angústias e incertezas, pois não era por acaso que as informações chegavam incompletas e confusas, gerando novas apreensões a cada dia. Ao longo desse percurso, muitas moradoras e moradores apresentaram quadro depressivo e 7 (sete) pessoas chegaram à óbito por Acidente Vascular Cerebral (AVC), sendo possível relacionar o agravamento em decorrência das situações de estresse antes, durante e depois das remoções. Assim, ao falar de remoções não estamos falando só e tão somente só de mortes simbólicas, fala-se de mortes físicas, de quebras perversas de vínculos.

Diz, Marivalda Pereira:

“Eu não tenho mais nada onde comprar. Tem uma barraca, uma quitanda que o homem vende. A gente perdeu supermercado, a gente perdeu padaria. Tínhamos um comércio que favorecia a gente. Então, hoje se eu precisar comprar algo que não tenha naquela quitanda, eu tenho que me deslocar, a exemplo de carne, galinha, peixe. Eu perdi vizinhos, amigos de 50 anos, que agora estão dispersos.”

Dijane Clemente é moradora de São Lourenço da Mata, município sede da Arena Pernambuco. Ela observa a mudança expressiva no custo de vida e o cotidiano de especulação imobiliária, destacando que:

“A cidade ficou mais violenta, mais cara, tudo em São Lourenço ficou muito caro. Um aluguel que antes era R\$ 400, agora é R\$ 700, e o trabalho foi só para quem participou da construção das estradas. Era mais para os homens do que para as mulheres. Atrasou tudo em São Lourenço, o custo de vida ficou muito caro e os benefícios para os moradores de São Lourenço foram poucos, para quem está vendo tudo está bom, mas para quem é de lá, não!”

Em março de 2014, uma comissão de mulheres moradoras e ex-moradoras do Loteamento participou do I Encontro de Atingidos pelas obras da Copa. Lá Adjailma Pereira afirma que *“75% das pessoas da comunidade não receberam suas indenizações e ainda estão precisando morar em casas de parentes ou de aluguel, quando muitos são idosos e moravam ali há mais de 50 anos”*. Mais do que o recurso a ser recebido, trata-se de relações emocionais com o território, como afirma Pergentina: *“Você cria vínculos com o território, com a cidade. Isso afeta muito. Não afeta só financeiramente, não”*.

Joana Barros (2014)¹¹ ainda ressalta que as remoções afetam de outras formas a vida das mulheres, distanciando-as de vínculos que colaboravam com a sociabilidade de suas filhas e filhos. Desse modo,

Com a remoção não só se perde o valor monetário da casa, como também o acesso à escola e o acompanhamento médico no posto de saúde, as redes de sociabilidade que a ajudam no dia-a-dia com os filhos, as casas de amigos, a relação com o lugar, além da possibilidade de bicos e trabalhos extras que melhoram renda familiar. Essa desestruturação das redes de sociabilidade e de pertencimento que as remoções efetivam tem um impacto imenso na vida das mulheres: impacto afetivo, impacto econômico, impacto no tempo, impacto no trabalho. (BARROS, 2014).

Um dado real é que nestes processos de despejos, desapropriações, relação com o Estado e município, as mulheres são maioria, seja por assumirem as lideranças políticas do processo de negociação, seja por serem em sua maioria chefes de família, e sobre a qual recaem inúmeras responsabilidades ao vivenciarem essa situação de conflito fundiário e da moradia, em razão das grandes obras de mobilidade e empreendimentos urbanos.

Ainda nos relatos das mulheres, verifica-se o receio quanto ao apagamento da história do bairro e das formas de resistência até agora empreendidas. São questionamentos que se aproximam do tema do *enraizamento* e da territorialidade, tendo em vista que muitas famílias já estavam em sua terceira e quarta gerações

11 Ver artigo: Copa do Mundo, cidades e direito das mulheres, de Joana Barros. Disponível em: <<http://www.fase.org.br/v2/pagina.php?id=3964>> Acessado em: 18 de junho de 2014.

morando no mesmo loteamento.

Como visto anteriormente, ao longo da História, vivenciaram-se diversos momentos de apagamento da trajetória de lugares e povos. Atualmente reincidentem os mesmos dilemas de outrora, tendo em vista que, em prol do *novo* e de uma promessa de futuro, nega-se o passado.

Assim, sob o pressuposto do consumo do lugar e não da vivência do lugar, o lugar de habitar, construir laços, compartilhar, o espaço vivido nas grandes metrópoles tem ficado quase que exclusivo ao jogo e interesses do mercado, se configurando em desigualdades e injustiças e termina por ser, em sua maior parte, um espaço sem cidadãos nem cidadãos.

As remoções foram realizadas no final de 2013, deixando um cenário arrasador de entulhos, enterrando, literalmente, vidas e histórias. Expressão de uma Cidade agressiva que viola direitos.

Fotografia 1 –Do lado esquerdo cartaz questionando a desapropriação. Do lado direito o aviso colocado nas casas que seriam derrubadas.



Foto: Alice Mello

Fotografia 2 – Destruição.
Início da derrubada das casas do Loteamento.



Foto: Alice Mello

1Fotografia 3 – Através do antigo muro.1



Foto: Alice Mello

Fotografia 4 – As máquinas tomam conta deixando um cenário de devastação.



Foto: Alice Mello

A sensação de impotência e revolta prevalece entre moradoras e moradores do Loteamento, restando um vazio sem muitas explicações. Tantos sofrimentos e pessoas sem moradia em meio a um placar perverso de R\$ 2 bilhões de investimentos públicos, uma arena que custou mais de R\$ 650 milhões, mais de 2 mil famílias removidas na Região Metropolitana, 7 pessoas do Loteamento faleceram durante todo processo. Placar final: processos de participação social 0 x 5 jogos realizados na Arena Pernambuco.

“Surpresa, surpresa muito grande. Aqui mesmo com essa arena tão perto, você anda pelo metrô e observa, aqui, ali. Tudo eram casas, casas e mais casas, tinha até primeiro andar. É de chorar, é triste. Eu sei que a arena serviu de emprego, pode até ter emprego até hoje para muita gente, inclusive para pessoas carentes. Foi um momento de ter o pão de cada dia, o salário, mas eu mesmo fui surpreendida, não fui preparada para essa chegada.” Josenita Duda

O espaço do terreno do Loteamento São Francisco está vazio, obsoleto, sem qualquer investimento do estado e do município para dar-lhe utilidade. As desapropriações ocorreram sob a argumentação de ser uma área de utilidade pública. Mas, o que se verifica ao final da Copa em Pernambuco é que nada foi feito e as famílias perderam suas referências simbólicas e territoriais, com mais uma ação estatal que contribui para inúmeras violações de direitos da população pobre das cidades.

II - OS IMPACTOS DA COPA NA VIDA DAS MULHERES

“Que a cidade seja feita para pessoas, para pedestres, para mulheres e homens. Porque o que a gente observa hoje em dia é uma cidade agressiva, voltada ao meio de transporte principal que é o carro, hoje em dia, e que não deveria ser. Deveria ser o transporte coletivo. É uma cidade que não permite que você ande na calçada normal, pois estão quebradas. Esgoto a céu aberto. Falta de iluminação. Falta de segurança. Não é uma cidade convidativa, é uma cidade que amedronta mesmo, principalmente as mulheres”. Alice Mello

A constituição histórica brasileira tem em seus registros os traços de diversas formas de exploração, opressão e subordinação. O processo colonial é uma dessas faces, assim como o patriarcado e o modo de produção capitalista. Os argumentos que sustentaram, e até hoje blindam essas perspectivas social e cultural de mundo de controle e dominação, a exemplo do patriarcado, são fundamentados na ideia de desigualdade e subordinação das mulheres. Contando com a contribuição de Beauvoir, chamamos atenção para o “mito da feminilidade”, que tem como um dos pressupostos a naturalização da sensibilidade, percebendo a mulher como a reprodutora, a cuidadora, a pessoa do espaço privado. Assim,

A passividade que caracterizará essencialmente a mulher feminina é um traço que se desenvolve nela desde os primeiros anos. *Mas é um erro pretender que se trata de um dado biológico: na verdade, é um destino que lhe é imposto por seus educadores e pela sociedade.* A imensa possibilidade do menino está em que sua maneira de existir para outrem encoraja-o a pôr-se para si. (BEAUVOIR, 1980. p. 21)(Grifo nosso).

Ao contrário das mulheres cujo modo de existir estava pautado no Outro, o homem, o patrão, e não para si mesma. Constituíram-se desse modo, os diversos *lugares do mandar*, hegemonicamente masculinos e brancos, espaços de concentração econômica e política, e os *lugares do obedecer*, determinando, embora não sem tensões e lutas, o espaço social de cada grupo, constituindo-se em hierarquias, explorações, subalternização e desumanidades. Assim sendo, observa-se que, a luta das mulheres pelo direito à cidade, corresponde a uma constelação de reivindicações pelo direito a *estar-no-mundo de outra forma e em outros* espaços sociais contrariando a lógica de dominação em suas diversas faces.

A própria constituição dos espaços públicos e privados não consideram as mulheres como sujeitos políticos e parte da constituição das cidades. A presença das mulheres na esfera da produção e reprodução da vida social sempre está marcada pela

polarização público-privado referendada na construção social das relações sociais de sexo.

A cidade como parte desta construção sócio-cultural expressa essa dicotomia e reacende o lugar da mulher na sociedade, secundarizando o espaço da mulher na forma de construir a cidade, conforme suas necessidades sociais e sentidos políticos. O espaço da casa e da rua encontra-se espalhado na cidade e em muitos casos, as mulheres encontram aprisionadas as suas casas sem viver as várias dimensões da cidade.

Essa forma de aprisionamento ao espaço doméstico é parte da cultura da sociedade patriarcal. Mas, o contraditório é que as mulheres estão presentes em diversos espaços de sociabilidades, como associações comunitárias, grupos culturais, produtivos, movimentos de moradia, movimento de mulheres, e nestes lugares refletem sobre os fatores que as impedem de viver e serem vistas como sujeitos políticos e de direitos. E no seu cotidiano atuam para reverter o quadro de desigualdade social que as invisibilizam como ser político e que também expressam outras dimensões desta desigualdade, de raça, classe e gênero.

Parte-se então do pressuposto de que, o pensar e realizar a cidade é hegemonicamente masculino, e porque não dizer também, heteronormativo e discriminador, reproduzindo as relações de poder patriarcais nos espaços públicos e privados. Por diversas questões: violências de gênero, assédios, restrição de horários, relações de poder e hierarquizações, a cidade não é pensada igual para homens e mulheres. Como afirma Vera Guedes do FMPE e AMB:

“A cidade não é pensada para o igual uso de homens e mulheres. Por exemplo, os espaços públicos de lazer são muito mais voltados aos homens. Se você observar, até mesmo nas cidades pequenas. Quando você encontra grandes trechos com ruas escuras, isso, com certeza, tem mais impacto na vida das mulheres. São lugares em que as mulheres poderão ser agredidas, violentadas. A cidade é pensada de forma desigual para homens e mulheres”.

Assim também concordam Maria Eugênia do Comitê Popular da Copa de Pernambuco e Venuse Braga do Fórum de Mulheres de Pernambuco:

“A vivência da mulher é muito diferente dos homens, não só em relação à cidade, mas em tantas outras coisas. A mulher sempre está em desvantagens, principalmente se consideramos o uso do espaço público, quando a mulher é limitada em seus horários para transitar na rua. A mulher não é livre para andar à hora que quer, do jeito que quer. Então, a cidade não é igual para homens e mulheres” - Maria Eugênia.

“Pela cultura do machismo, cultura patriarcal, a nossa vivência é sempre limitada aos horários, não podemos estar em determinados lugares sozinhas. Mesmo que a gente se coloque, que tenha uma independência financeira, autoestima, se correm riscos de violência sexual, de assédio, sempre tem que ficar atenta. A cidade não é posta da mesma forma para as mulheres e para os homens” - Venuse Braga.

Como ressalta Taciana Gouveia, “No cotidiano, a separação estrita entre público e privado ainda é a lei que demarca a experiência das mulheres, tanto que *para muitas mulheres*, a cidade não é um lugar onde elas estão, mas sim um lugar em que vão quando necessitam” (2011. p.7). E ainda completa:

O espaço público, o transitar entre os seus vários pontos, o deslocamento por tempos extensos, é experimentado pelas mulheres como sendo apenas um caminho em linhas retas, por mais curvas que ele tenha, um seta que aponta sempre para o mesmo sentido, a casa. (2011. p. 8)

Mesmo pensando que, enquanto o conceito de *direito à cidade* é da década de 60, tendo como principal referência às formulações do geógrafo Henri Lefevre, e, para nós, passe a ser reformulado em termos políticos e jurídicos, tendo como marco o Estatuto da Cidade – Lei 10.257 de 10 de julho de 2001. Mas, a experiência da negação dos pressupostos que definem o direito à cidade, a exemplo do pertencimento, são seculares, como afirma, Gouveia (2011):

[...] o não direito à cidade, a negação dos conteúdos que o definem são seculares, sendo em realidade definidoras das condições de vida de um imenso contingente de pessoas por um tempo tão extenso que se entrelaça com a existência de todos os sistemas de dominação [...].

Reafirmar a importância da reflexão sobre o direito à cidade e as mulheres, é, antes de tudo, reconhecer as contradições internas e as profundas desigualdades alicerçadas na negação do *logos*, do lugar de fala das mulheres na constituição histórica do país. É um convite a visualizar que as condições de existências das mulheres brancas,

negras, indígenas, empregadas domésticas, donas de casa, homossexuais, mulheres de terreiro, mães solteiras, profissionais do sexo, muito embora estejam e vivenciem espaços distintos, estão alicerçadas na ideologia dominante do patriarcado capitalista. Não obstante, reconhecendo as lutas históricas que colocaram outras perguntas, fazendo com que o *estar-no-mundo* não fosse mais o mesmo, com caminhos possíveis para romper com as bases materiais e históricas do patriarcado, reafirma-se que uma trajetória de enfrentamentos já foi traçada.

Quando interpeladas sobre qual a compreensão de direito à cidade, invariavelmente é reconhecido como um pressuposto fundamental para o exercício da cidadania e garantia de uma vivência digna para os diversos grupos historicamente subjugados e empobrecidos. Como destacou Pergentina, do Fórum Estadual de Reforma Urbana:

“Mulheres empobrecidas! Nós não somos pobres porque somos pobres, fomos empobrecidas por 350 anos de escravidão e pós esse processo, pois não houve reparação. Nós fomos empobrecidas.”

Assim, o direito à cidade diz respeito ao:

“Direito de as pessoas ocuparem ou aproveitarem a cidade da forma mais democrática possível. Ou seja, espaços públicos, no pleno sentido do público, no sentido de serem abertos para qualquer pessoa, independente da sua condição de classe, independente da sua origem racial. Que as pessoas possam desfrutar dos ambientes que a cidade possa oferecer. Mas infelizmente aqui em Recife são poucos os ambientes públicos que nós temos possibilidade de desfrutar.” - Alice Bezerra de Mello

“É o ir e vir, o participar. Participar da vida política, do dia a dia da cidade, de ter direito à educação da cidade. Ter direito à justiça da cidade (quando ela existe não é?!). Ter direito a todas as coisas que a gente luta para ter. Pra mim participar da cidade é isso, ter acesso aos espaços culturais. Quem tem acesso aos espaços culturais da cidade hoje? Tanta gente gostaria de ter e até vai de vez em quando. Mas quando vai, se sente discriminado por alguma razão e nunca mais volta por causa disso” – Marivalda Ferreira

“Direito à todos os espaços possíveis existentes na cidade. Não só o direito de ir, de passear, mas o direito de permanecer. Uma cidade onde tenha moradia digna, saúde, saneamento. Para mim direito à cidade está ligado à isso, não só ao lazer, não só a ter voz, a ter acessibilidade. Você ter uma cidade digna que comporte todo mundo, todas as classes, todas as raças e que atenda as necessidades da população.” - Vera Guedes

As lutas traçadas pelo campo político do feminismo e do feminismo negro são processos que apresentam novos discursos e reivindicações, como também apontam outras possibilidades das mulheres se relacionarem no campo da luta política com elas mesmas e com os diversos *Outros-no-mundo*. Joana Barros (2014) nos chama atenção para o fato de que,

Se a gente olha uma coisa muito pequenina que é o desenho das casas, você vai perceber que os lugares em que as mulheres ficaram por muito tempo, como a cozinha e área de serviço, são mal ventilados, sem visão de rua, encarcerados em si. Isso já é sintomático. E hoje as mulheres ainda estão expostas o tempo inteiro a um sem número de violências. As cidades possibilitam mais e mais isso com seus lugares mal iluminados, sem segurança e com espaços socialmente marcados como masculinos. Esta violência toda que parece marcar e estruturar a história das mulheres tem a ver com a percepção de que elas são objetos: seus corpos, suas vidas, sua própria existência como sujeito está em disputa, não é dado como no caso dos homens, que são por princípio senhores de seus corpos e de suas vidas. E é claro que isto está na cidade, nos espaços de circulação, nas casas, na organização do trabalho, na maneira como legitimamos ou não a fala e a ação política das mulheres. (Barros, 2014)

O patriarcado como ideologia, se materializa nas relações e nas formas de apropriação da cidade, nas formas de viver, existir, conviver nas cidades. Mais do que experienciar as cidades de forma diferente, as mulheres vivenciam desigualmente a cidade. Daí a necessidade contínua de discussões e ações políticas que garantam vivências mais igualitárias, justas e democráticas entre as diversas existências na cidade, como nos diz Mércia Alves (2011):

A luta política por uma cidade mais equitativa e democrática, significa pensar em um conjunto de ações políticas que afirmem o lugar dos 'sujeitos ocultos da cidade', as mulheres. Ocultos no sentido de que é preciso pensá-las no diálogo das políticas urbanas e nas ações afirmativas para igualdade de gênero nas cidades. Esse olhar não pode ser visto como uma concessão, mas como direito.

Quando saímos e dialogamos com a cidade, a cidade nos interpela e nós interpelamos a cidade, não necessariamente com palavras, mas nos enfrentamentos cotidianos, a partir dos quais nos afirmamos como mulheres em uma existência, necessariamente política, que venha romper com as diversas formas de opressão.

Com a realização das obras voltadas à realização da Copa do Mundo, muitas mulheres foram diretamente afetadas, sentindo os impactos do canteiro de obras em que a cidade se tornou, representando o aumento no tempo de deslocamento, a insegurança

e a perda de vínculos afetivos com a vizinhança. Como destacaram Pergentina Vilarim e Venuse Braga, o tempo de deslocamento duplicou, antes elas gastavam aproximadamente 1 hora no trajeto entre as cidades de Paulista e Igarassu até o centro do Recife, hoje, esse trajeto não é feito em menos de 2 horas e meia, dependendo da existência ou não de engarrafamentos, gerando mais transtornos e desgastes.

Os impactos da Copa na vida das mulheres como observado pelos depoimentos de mulheres de várias partes da cidade, demonstra que vivem situações semelhantes, experiências comuns que decorrem da sua situação de ser mulher na sociedade. A repercussão dos empreendimentos urbanos na vida das mulheres se dá pela insegurança de se viver os espaços da cidade; no aumento da violência sexual; na precariedade dos serviços urbanos – infraestrutura; posto de saúde, creche e a mobilidade urbana, onde as responsabilidades com o trabalho produtivo e reprodutivo tende a ser duplicado em termos de tempo, em razão do caos em que se transformou as cidades em termos de deslocamento trabalho-casa-médico-escola.

Essa análise ainda é complementada pela sensação de insegurança na cidade, tendo em vista que, como a cidade tem passado por processos de maquiagem em seu cotidiano, a segurança pública passou a atender prioritariamente os trajetos que levam ao estádio. Assim, outras áreas necessariamente não foram priorizadas, restando apenas o fortalecimento de violações de direitos pela criminalização de parte de população da cidade.

Quando interpelada sobre a interferência das obras da copa em seu cotidiano, Josenita Duda socializa sua angustia em perceber que, apesar de fazer parte de diversas lutas sociais em Pernambuco e ter fundado alguns movimentos, pouco pode fazer para impedir a força das desapropriações e da especulação imobiliária que transformou a sua vizinhança. Diz ela:

“Eu cheguei a ter depressão e no ano passado cheguei a tentar suicídio. Eu ficava nessa rede no terraço e pensava: pronto, eu tenho que morrer. Vendo tantas coisas acontecerem na minha testa eu pensei: Eu não consigo resolver esse problema, não consigo ser solidária, então eu dizia: Nita, tu já fizesse muito ou então não é capaz de nada, melhor tu morrer. Eu posso dizer que graças a proteção divina, existe um Deus mesmo. Zumbi, Iansã, os Deuses e as Deusas, o Sol, a Lua, a Terra, a Essência, a energia mesmo que a gente tem, consegui ter ajuda de outras pessoas.”

Como já observado, os principais legados deixados pela realização do megaevento

Copa do Mundo são negativos, acompanhados de dores, angústias, doenças, depressão e violação de direitos, o que lembra a necessidade constante de lutas pelo direito a existir com dignidade.

Muito embora seja observado que ao longo dos anos diversas agendas dos movimentos de mulheres foram discutidas e diversas conquistas foram festejadas, solicitando novas formas de existir e conviver, diversas também continuam sendo as formas de violência simbólicas e objetivas presentes no cotidiano das mulheres, que estão para além da realização do megaevento da Copa do Mundo.

Destaca-se que o processo de afirmação das mulheres em suas diversas formas de existir e experienciar o mundo deve ser uma pauta constante, tendo em vista as desigualdades históricas do patriarcado, do colonialismo e do capitalismo. Como observa Beauvoir, numa sociedade patriarcal, marcada pela opressão sexista, a liberdade das mulheres não é algo dado, mas sim conquistado (1980).

Com isso, observa-se que o caminho para a garantia de direitos das mulheres e para a vivência do direito à cidade com todos os seus pressupostos é incessante por se tratar de uma busca pela liberdade e pelo direito de existir.

CONCLUSÃO

Ao longo de nossas reflexões observamos que o modelo de desenvolvimento em curso nas cidades brasileiras têm reproduzido a lógica da Cidade-mercado, e, como tal, os agentes econômicos dessas cidades são os agentes da definição do espaço urbano, sem o efetivo diálogo, prevalecendo formas autoritárias da gestão pública. Também foi possível compreender que o modelo em curso não é historicamente recente, mas se alimenta do estado de exceção criado no contexto de realização do megaevento Copa do Mundo, mas antes de tudo, como uma confluência aos interesses privados, sendo desafiador compreender esses processos articuladamente.

Observando a constituição histórica das cidades, foi possível compreender que as formas de dominação e desigualdades sociais estão presentes no cotidiano das mulheres, muito embora diversas conquistas sejam observadas. O direito à participação e o acesso ao poder, ainda é hegemonicamente masculino e branco, sendo necessário reafirmar sempre a importância da organização e das lutas dos movimentos de mulheres em sua agenda ampla pela garantia de direitos.

A reprodução das desigualdades, das violações de direitos e das precariedades, foram marcas presentes antes, durante e depois da realização da Copa do Mundo em Pernambuco. Os legados não foram motivos de festejos, mas de dores e angústias, onde observam-se processos políticos de flexibilização das legislações nas escalas municipais e estaduais, gastos públicos em benefícios de interesses privados, desapropriações forçadas somando-se às estatísticas dos sem-teto no Brasil.

Assim, a emergência da criação de novos espaços urbanos comuns é condição necessária para se pensar em um direito a cidade que, “[...] não é apenas um direito condicional de acesso àquilo que já existe, mas sim um direito ativo de fazer a cidade diferente, formá-la mais de acordo com nossas necessidades coletivas, definir uma maneira alternativa de simplesmente ser humano” (HARVEY, 2013. p.33). O desejo por uma cidade através da qual as diversas vozes sejam ouvidas e mudem a trajetória é um dos elementos fundamentais que movem nossas utopias, principalmente quando pensamos que, “se o nosso mundo urbano foi imaginado e feito, então ele pode ser reimaginado e refeito” (HARVEY, 2013. p.33).

Ao fim e a cabo, as condições de vida das mulheres aponta para inúmeras violações de direitos, e estas nos afetam de forma diferenciada a depender da nossa

inserção na sociedade a partir das dimensões de classe e raça. Os megaempreendimentos afetam de sobremaneira as mulheres negras, pobres moradoras das periferias urbanas, uma vez que impacta diretamente as condições objetivas (trabalho, moradia, acesso aos serviços públicos urbanos) como também em suas dimensões subjetivas (identidade, pertencimento, autoestima).

Passado o final da Copa do Mundo em Pernambuco o que fica de legado? Violações de direitos. Estas ficarão como parte da herança das desigualdades das grandes obras em favor de eventos mundiais. Diferente das cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, onde a criminalização aos movimentos sociais foram maiores em relação a Recife, um fato semelhante é que as famílias atingidas sofreram das mesmas questões. Perda de direitos, dos laços afetivos e territoriais, da exploração pelo trabalho; da falta de mobilidade urbana ou a precarização do transporte público; da perversa oferta nos serviços de saúde, dentre outros.

O que fica para o pós-copa é acompanhar a ação do governo estadual e a parceria público-privada (PPP) na gestão da Arena. Mas, também exercer o controle social sobre o orçamento no campo das políticas públicas. Nas experiências anteriores de campeonatos mundiais, como na África do Sul, os estádios se transformaram em grandes obras de concreto e o montante de investimentos nas obras para Copa vem em razão desproporcional aos investimentos nas políticas públicas.

Referências

A Liderança Feminina nas Lutas Urbanas. N 1, dezembro de 2011. Fundação Bento Rubião, ONU Mulheres, ONU Habitat.

ALBUQUERQUE, Mariana Z. A. de; GOMES, Edvânia T. A. *Reflexões sobre os vetores do atual processo de reprodução do espaço urbano no Recife*. In: XIII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 13., 2013, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://www.simpurb2013.com.br/wp-content/uploads/2013/11/GT09_Mariana.pdf> Acesso em: 10 junho de 2014.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. 3. ed. Rio de janeiro: Nova Fronteira, 1980.

Caso Pernambuco: Copa para quais modelos de cidades? de Evanildo Barbosa. Disponível em: <<http://fase.org.br/v2/pagina.php?id=3956&tipo=noticia>> Acessado em: 5 de junho de 2014.

Copa do Mundo, cidades e direito das mulheres, de Joana Barros. Disponível em: <<http://www.fase.org.br/v2/pagina.php?id=3964>> Acessado em: 18 de junho de 2014.

Dossiê da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa, 2ª Ed. 2013. Disponível em: <http://www.portalpopulardacopa.org.br/index.php?option=com_k2&view=item&id=198:dossi%C3%AA-nacional-de-viola%C3%A7%C3%B5es-de-direitos-humanos> . Acessado em 10 de junho de 2014.

FROCHTENGARTEN, F. *A memória oral no mundo contemporâneo*. Estudos Avançados, v. 19, n. 55, p. 367-376, set.-dec. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142005000300027&script=sci_arttext>. Acesso em: 1.º de junho de 2014.

Relatórios Dinâmicos Monitoramento dos Indicadores – Objetivos do Milênio: Disponível em: <<http://www.relatoriosdinamicos.com.br/portalodm/perfil/BRA002026157/sao-lourenco-da-mata---pe>> Acessado em 10 de julho de 2014.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

VAINER, Carlos B. *Cidade de exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro*. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL – ANPUR, 14., 2011, Rio de Janeiro. *Anais...* Disponível em: <<http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/2874/2811>>. Acesso em: 10 set. 2013.

VAINER, Carlos B. *Pátria, empresa e mercadoria*. In: ARANTES, Otília B. F.; VAINER, Carlos B.; MARICATO, Ermínia (Org.). *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. p. 75-103.

Anexos

1. Perfil das mulheres entrevistadas (ordem alfabética)

Alice Bezerra de Mello Moura, 23 anos, parda, moradora do bairro de Boa Viagem. Socióloga. Mestranda em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco. Faz parte do Núcleo de Família, Gênero e Sexualidade FAGES/UFPE e do Comitê Popular da Copa de Pernambuco.

Dijane Clemente do Nascimento, 40 anos, negra, moradora do município de São Lourenço da Mata. Professora de Educação Física. Faz parte do Conselho Municipal da Pessoa Idosa em São Lourenço da Mata.

Josenita Duda Ciriaco, 56 anos, negra, moradora da cidade de Camaragibe. Educadora Social e Agente Comunitária de Saúde. Faz parte da Associação de Mulheres Entendidas de Pernambuco.

Maria Eugênia Wanderley Lima, 30 anos, negra, moradora da cidade de Olinda. Advogada. Mestranda em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco. Faz parte do Conxitas Grupo Artístico Percussivo formado por mulheres e do Comitê Popular da Copa de Pernambuco.

Maria Verônica Guedes de Amorim, 50 anos, parda, moradora do Morro da Conceição no bairro de Casa Amarela. Pedagoga. Educadora Social. Faz parte do Conselho Municipal de Assistência Social, Fórum de Mulheres de Araripina, Comitê Regional de Estudo da Mortalidade Materna e Infantil da 9ª GERE e do Fórum de Mulheres de Pernambuco.

Marinalva Ferreira, 58 anos, negra, moradora do Loteamento São Francisco há 50 anos. Socióloga.

Pergentina Vilarin, 50 anos, negra, moradora do município de Igarassu. Educadora Social. Faz parte da Confederação Nacional das Associações de Moradores e do Fórum Estadual de Reforma Urbana.

Venuse Braga Pires, 47 anos, negra, moradora do município de Paulista. Estudante de Pedagogia. Educadora Social. Faz parte do Fórum de Mulheres de Paulista e Fórum de Mulheres de Pernambuco.

2. Roteiro das entrevistas

I- Perfil

1. Nome
2. Idade
3. Como se identifica em relação à raça/cor
4. Onde mora
5. Há quanto tempo
6. Moradia própria, alugada, cedida?
7. Escolaridade
8. Profissão
9. Ocupação
10. Renda Familiar: (1) Até um salário (2) 2 a 3 salários (3) 4 a 5 salários (4) Acima de 5 salários mínimos (5) Sem renda (ajuda de terceiros).
11. Tem filhas(os)?
12. Quantas pessoas dividem a mesma moradia?
13. Consegue realizar alguma atividade de lazer nos finais de semana? Quais e onde acontecem?

II- Participação política

14. Faz parte de algum grupo, organização, associação, conselho, sindicato?
15. Se sim, quanto tempo de participação política?

III- Direito à Cidade e Copa do Mundo

17. O que você compreende por Direito à Cidade?
18. Como observa/avalia as relações das mulheres com a cidade. As mulheres vivenciam a cidade da mesma forma que os homens?
 - 18.1 – Quais os desafios colocados às mulheres? Quais os problemas e situações enfrentadas?
19. Como você recebeu a notícia de realização da copa do mundo?
 - 19.1 – De que forma você imaginou que essa copa chegaria até vocês?
20. Como avalia a cidade antes e depois das obras para Copa do Mundo?
21. A realização dessas grandes obras na cidade tem afetado a sua vida?
22. Conhece alguém que sofreu algum impacto direto em relação às obras em curso na cidade?
23. As moradoras(es) das áreas que sofreram com as obras contaram com apoio de algum grupo, associação?
24. Quais ações e/ou políticas devem ser realizadas para que a vivência na cidade seja mais inclusiva e garanta os direitos humanos das mulheres?

3. Carta do I Encontro dos/das Atingidos/as – Quem perde com os Megaeventos e Megaempreendimentos

“Que um grito de gol não abafe a nossa história.”

Reunidos em Belo Horizonte no “I Encontro dos(as) Atingidos(as) – Quem perde com os Megaeventos e Megaempreendimentos”, de 1 a 3 de maio de 2014, constatamos que as violações geradas a partir dos megaprojetos e da saga privatista é comum em todas as cidades-sede da Copa 2014.

Afirmamos que a Copa e as Olimpíadas estão a serviço de um modelo de país e de mundo que não atende aos interesses gerais do povo trabalhador e dos setores oprimidos pelo sistema capitalista.

A Lei Geral da Copa, inconstitucional e autoritária, escancara que o Estado funciona a serviço das corporações e das empreiteiras. Abaixo expressamos algumas dimensões do sofrimento do nosso povo, potencializados pelos megaeventos como a Copa e as Olimpíadas.

Moradia

A Copa intensificou aumento dos despejos e remoções violentas nas cidades brasileiras. Duzentos e cinquenta mil pessoas com suas famílias estão sendo desestruturadas, levadas para longe de seus lugares de origem, causando impactos na saúde, na educação, no transporte público, além da violência física e psicológica. Tem gente com depressão, se endividando, esperando por soluções que nunca chegam. São vítimas da especulação imobiliária que expulsa os pobres das áreas do seu interesse.

Histórias semelhantes de violências contra populações ocorrem em todo o território brasileiro. Não pedimos essa Copa da Fifa. Mais do que barrar a Copa, queremos barrar os despejos e remoções no Brasil. Nossa luta é antes, durante e depois da Copa, para que nenhuma família brasileira sofra a violência e humilhação de um despejo ou remoção forçada. Decidimos sair deste encontro com uma grande união para barrar os despejos e remoções no Brasil. Sairemos juntos daqui numa articulação permanente, e assim estaremos mais fortes. Por um Brasil sem despejos! Brasil sem remoção! Respeito ao cidadão!

Trabalhadores e trabalhadoras ambulantes, catadores e da construção civil

Defendemos e valorizamos os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras ambulantes vítimas das arbitrariedades da Fifa e do governo, como a imposição da Lei Geral da Copa que proíbe o comércio de produtos nas proximidades dos estádios. Enfrentamos a repressão por parte das prefeituras municipais que estão “higienizando” as cidades licitando para que grandes empresas controlem as ruas. A Lei Geral da Copa estabelece zonas de exclusão de 2 quilômetros no entorno das áreas da Fifa, estádios e áreas oficiais de torcedores com telões, onde apenas os patrocinadores oficiais poderão comercializar. É necessário fortalecer canais de comunicação para denunciar os casos de impedimento de trabalho e violações ao direito dos ambulantes.

Também propomos um boicote aos patrocinadores da Copa, em solidariedade aos ambulantes. Denunciamos também que as prefeituras tem dificultado o trabalho de catadores e catadoras de resíduos sólidos nas cidades-sede da Copa. Na construção civil a velocidade da execução das obras produziu 8 mortes nas arenas da Copa e mais 3 em outros estádios, e uma infinidade de acidentes graves. Exigimos que se intensifique o controle so-

bre a segurança dos operários nos canteiros de obra e a garantia plena de seus direitos trabalhistas, como o direito à greve.

Comunicação e Cultura

A comunicação é um direito humano, desrespeitado pela mídia hegemônica e pelo Estado. O oligopólio dos meios de comunicação invisibiliza e tenta calar as lutas populares. Os mesmos que detêm o poder político e econômico, utilizam a mídia para fomentar uma sociedade mercantilizada, excludente, cheia de preconceitos e opressões. Reforçando o extermínio da população negra com a criminalização da pobreza e a estereotipação da mesma. Enquanto as reais consequências da Copa da Fifa no Brasil são ocultadas.

Reivindicamos a democratização dos meios de comunicação, a partir da revisão do marco regulatório da mídia, incluindo uma revisão da atual regulação das rádios comunitárias para que de fato a comunicação seja um direito humano, que vocalize a realidade do povo brasileiro e que seja diversa, popular e emancipadora. Defendemos o respeito aos midiativistas e à imprensa popular e independente.

Mulheres

As violações históricas sofridas pelas mulheres são acirradas com a Copa. Denunciamos o aumento da exploração sexual e do tráfico de mulheres, o acirramento da mercantilização do corpo feminino – exposto como disponível em diversas campanhas publicitárias, como a da Adidas, tornando-as mais vulneráveis a estupros e assédios de diversas ordens. Atingindo majoritariamente à mulher negra, através da precarização do trabalho e estereótipos mantidos pela mídia e todos os aparatos institucionais.

Pessoas em situação de prostituição também são alvo da violência do Estado, que se intensifica no período da Copa do Mundo com a higienização forçada das ruas, principalmente nas cidades-sede. Ademais, as experiências das Copas da África do Sul e da Alemanha demonstram que os megaeventos mercantilizam as vidas e os corpos das mulheres. O Brasil não pode fazer parte da rota! As mulheres trabalhadoras continuam a ser exploradas e mesmo nas falas críticas às péssimas condições de trabalho, as companheiras são invisibilizadas. Continuaremos na luta por melhores serviços públicos e equipamentos urbanos de qualidade – políticas universais de mobilidade, saúde, moradia e educação são pautas feministas e merecem total atenção.

Diversidade Sexual

Pretendemos também estreitar os laços com os movimentos LGBTT, para somar espaços na luta pelo respeito à diversidade sexual antes, durante e depois da Copa.

Desmilitarização

A repressão do Estado às manifestações populares que questionaram a Copa intensificou o caráter de militarização da segurança pública pautada na identificação dos movimentos sociais como “inimigos internos”. Isto contribuiu também para dar mais força ao processo histórico de extermínio da juventude negra e da periferia pela polícia. A juventude deve ser respeitada em seu direito a se manifestar. O Brasil está vivendo uma escalada autoritária, onde governo e Congresso buscam criminalizar movimentos sociais. Devemos promover lutas contra as leis antiterrorista e antimanifestações. Defender a anistia dos processados e uma Campanha Nacional pela desmilitarização da Polícia Militar e desarmamento das Guardas Municipais.

O povo palestino foi atingido diretamente pela Copa do Mundo no Brasil, uma vez que há um fluxo importante de financiamento saídos dos cofres públicos para o complexo indus-

trial-militar israelense, sustentando a política do genocídio e o apartheid contra os palestinos.

Comunidades Tradicionais

Entendemos que as injustiças aplicadas aos povos originários e tradicionais se agravam com os megaeventos. O projeto de desenvolvimento trazido com esses eventos impede a demarcação e titulação de nossas terras. O número de lideranças das comunidades tradicionais que estão sendo exterminadas e a intensificação dos conflitos entre indígenas e ruralistas são exemplos disso. A mesma situação enfrenta os/as pescadores/as de áreas extrativistas de pesca que perdem seus territórios de vida ameaçados pela especulação imobiliárias, hotéis, construção de portos, etc.

Vivemos hoje um contexto urbano, onde as lutas das cidades ganham muito mais pauta, mas entendemos que a mesma força que tira o direito à moradia é a que não deixa demarcar os territórios. Repudiamos a PEC 215/00 e outros mecanismos que visam impedir novas demarcações e titulações e abrem precedente para a revisão dos territórios já legalizados. Para enfrentar esta violência, os povos se organizam em mobilização nacional como forma de resistência, numa agenda de luta conjunta que culminará no Encontro Nacional Indígena e Quilombola, entre 25 e 29 de maio, em Brasília. Pela soberania dos povos aos territórios!

Megaeventos e a financeirização da Natureza

A Copa de 2014 está sendo apresentada como copa sustentável, gol verde, parques da copa, copa orgânica, carbono zero, enfim, uma maquiagem verde que busca invisibilizar as violações de direitos, colocando a compensação como fato consumado e validando a economia verde e a mercantilização da natureza como mais uma falsa solução. Haja vista a quantidade de árvores que estão cortadas nas cidades da Copa, defendemos a campanha “Quantas copas por uma Copa? Nem mais uma árvore cortada!”

Crianças e adolescentes

Crianças e adolescentes estarão em situação de extrema vulnerabilidade durante a Copa em virtude das férias escolares, associadas à ausência de políticas públicas. Destaca-se a desvirtuação do papel do esporte, que passa por um duplo processo de elitização. Primeiro, como mercadoria pouco acessível, com ingressos e produtos caros. Segundo, como prática restrita a espaços privados e a setores privilegiados da sociedade. Neste contexto, as grandes máfias da exploração e do tráfico de pessoas poderão atuar com muita facilidade. É necessário e urgente criar campanhas de combate à exploração sexual e ao tráfico de pessoas nas escolas da rede pública, rede hoteleira, proximidades dos estádios e nas regiões turísticas. Deve ser incluída a capacitação dos profissionais do turismo e da rede hoteleira, o fortalecimento e ampliação das políticas de promoção dos direitos das mulheres e crianças e adolescentes. Não à redução da idade penal.

Mobilidade Urbana

Diante do cenário de modelo mercadológico de gestão da cidade, é fundamental reconhecer a bandeira da Tarifa Zero e da PEC 90 (transporte como direito social) como passos para se criar condições para efetivação do direito à cidade e da participação popular na gestão das cidades. Combatemos o modelo de mobilidade urbana que privilegia o transporte rodoviário em detrimento do transporte de massa, ciclovias, etc. Combatemos também a privatização das cidades e de seus espaços públicos como praças, ruas, etc.

População de Rua

A organização da Copa do Mundo tem uma política social para a população de rua: abandono das políticas integradas, fechamento de equipamentos de assistência social (alber-

